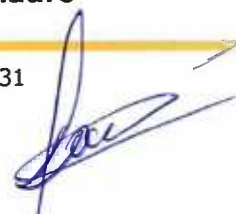


ATA DA 20ª (VIGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 16ª (DÉCIMA SEXTA) LEGISLATURA, EM SEU PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DE 2020 (DOIS MIL E VINTE), AOS 2 (DOIS) DIAS DO MÊS DE JUNHO, ÀS 19 (DEZENOVE) HORAS, REUNIU – SE VIRTUALMENTE, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO Nº 001/2020, DE 08 DE ABRIL DE 2020, A CÂMARA MUNICIPAL. Feita a chamada regimental verificou – se o comparecimento virtual dos seguintes Vereadores: **Lauro Marciolino Solheiro Júnior, Antoniel Max Silva Holanda, Iranilson Lima Bezerra, Rosembergue Alves de Holanda, Luís Nilson Moreira Freitas, João Aires Brito, Francisco Erineldo Barbosa Silva, Francisco Célio dos Santos e Sheila Pereira Damasceno.** Ao todo, nove Vereadores presentes, nenhum Vereador ausente. Verificado quórum regimental e, sob a graça de Deus, o Sr. Presidente Lauro Marciolino Solheiro Júnior, declarou aberta a presente sessão e fez a leitura da Ata da Sessão anterior, que após lida e discutida foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. Iniciando o **Pequeno Expediente**, o Presidente solicitou a Primeira Secretária a apresentação das seguintes matérias: **Decreto Municipal nº 20.05.31/001**, enviado pela Prefeitura Municipal, que “Prorroga, no âmbito do Município de Itaipava/CE, as medidas restritivas de enfrentamento da COVID-19, e dá outras providências”. **Decreto Municipal nº 20.06.31/001**, enviado pela Prefeitura Municipal, que “Prorroga as medidas adotadas no Decreto nº 20.03.22/001 de 22 de março de 2020 até as 00 horas do dia 20 de junho de 2020”. **Requerimento nº 010/2020**, de autoria de todos os Vereadores, que “Seja encaminhado Moção de Pesar à família Costa Rodrigues pelo falecimento de Luís Costa Rodrigues, ex-Vereador, popularmente conhecido por Luiz de Zefa, no dia 30 de maio de 2020”. **Requerimento nº 011/2020**, de autoria de todos os Vereadores, que “Seja encaminhado Moção de Pesar à família Moreira pelo falecimento de José Cumpertino Moreira, no dia 30 de maio de 2020”. Iniciando o **Grande Expediente**: o Presidente destinou os trabalhos a **Tribuna Livre**, onde apresentou o Secretário de Administração, Finanças e Planejamento Sr. Mauro Fernandes de Souza para que o mesmo fizesse algumas colocações sobre receitas e despesas do Município. No uso da palavra o Secretário **Mauro**



Fernandes de Souza: cumprimentou a todos. Agradeceu a oportunidade de participar da sessão de forma virtual e que estava presente para colaborar, esclarecer e tirar quaisquer dúvidas dos Vereadores. Disse que todos sabiam que esse era um momento de dificuldade muito grande, não só para Itaipava, mas para o país como um todo e que estavam sentindo na pele em relação a questão das quedas nas receitas. Fez um levantamento prévio, apenas para título de informação entre o período de janeiro e maio do ano de 2019 e janeiro a maio de 2020. Disse que houve uma queda substancial tanto no FPM e no ICMS que na verdade era onde constituía basicamente o funcionamento do Município como um todo. Continuou dizendo que no período do ano de 2019 já teria sido arrecadado em torno de R\$ 4.150.000,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais) e no ano de 2020 uma arrecadação R\$ 3.957.000,00 (três milhões, novecentos e cinquenta e sete mil reais) havendo uma perda de aproximadamente de 4,8% (quatro vírgula oito por cento). Lembrou que nesse período normalmente era um período em que os Municípios tinham um fôlego maior, pois teriam melhores arrecadações e que isso dava sustentação para manter o segundo período que era um período que aconteciam as quedas de receitas. Disse que no ICMS houve uma queda espantosa e frisou que estava tomando por base os cinco primeiros meses. Continuou dizendo que nesse primeiro período de janeiro a maio de 2019 já teria sido arrecadado em torno de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) e no ano de 2020 com essa queda foi arrecadado apenas R\$ 1.783.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil reais) havendo uma perda de receita de quase 23% (vinte e três por cento). Disse que não estava contando com outras fontes que davam a base de sustentação financeira do Município como o FUNDEB que teve uma queda de um pouco mais que 3% (três por cento). Falou que em contrapartida, sabia que existia alguns incentivos do Governo Federal para tentar equiparar ao ano de 2019 na questão do FPM, mas que no ICMS não existe esse incentivo e que estavam tentando ver como conseguiriam se manter pois a situação estava ficando um pouco apertada e o Executivo já estava sentindo algumas dificuldades. Continuou dizendo que existiam outras questões em relação aos valores que já foram efetivamente



creditados pois não adiantava trabalhar com a especulação de ter já entrado quando de fato não havia entrado. Disse que participou de uma videoconferência com o pessoal da CNM e STN e que eles deram posicionados com relação tanto ao apoio financeiro e quanto a nova Lei Complementar nº 173/2020. Em seguida se colocou à disposição para responder aos questionamentos dos Vereadores. Dando continuidade o Presidente **Lauro Marciolino Solheiro Júnior**: disse que antes de passar a palavra aos Vereadores iria fazer uma pergunta. Disse que sabia que estava em caixa para a saúde R\$ 220.259,00 (duzentos e vinte mil e duzentos e cinquenta e nove reais) e para a assistência social R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais) que eram recursos que estavam disponíveis em caixa no Município. Perguntou em relação aos Deputados o que realmente já teria sido recebido. Em resposta, o Secretário **Mauro** disse que teria uma emenda, porém não saberia especificar quem exatamente que mandou o recurso, mas que houve um crédito de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) na saúde para o COVID – 19, que além do recurso informado pelo Presidente Lauro de R\$ 220.259,00 (duzentos e vinte mil e duzentos e cinquenta e nove reais) foi recebido uma emenda para a saúde no enfrentamento da COVID – 19 no valor de R\$ 180.00,00 (cento e oitenta mil reais). Logo em seguida, fez uso da palavra o Vereador **Antoniél Max Silva Holanda**: cumprimentou a todos e agradeceu a presença do Secretário Mauro. Disse que estava ouvindo atento a fala do Secretário com relação a queda das receitas principalmente no FPM. Falou que deu uma olhada no site da APRECE e que no site dizia que a queda de aproximadamente 3,5% (três vírgula cinco por cento) nos Municípios que estavam enfrentando, relacionando o mês de maio 2020 e maio 2019. Disse que elas tentariam ser compensadas com a Medida Provisória nº 938/2020 do Governo Federal e os Municípios receberão uma totalidade de mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e que Itaipava na tabela receberá R\$ 687.154,50 (seiscentos e oitenta e sete mil reais, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos). Continuou dizendo que ninguém estava esperando e preparado para essa pandemia, mas para saber que em qualquer tempo e qualquer economia, o que os Municípios tiveram feito de fato valia, pois chegou em um momento em

que as coisas estavam começando a apertar e se não tivesse essa ajuda de custo que o Governo Federal estava enviando a coisa seria ainda mais feia. Disse ao Secretário que era basicamente isso que era debatido nas sessões principalmente com relação aos recursos que estavam para chegar. Falou que os Deputados Federais Idilvan, Eduardo Bismarck, Zé Airton, Domingos Neto anunciaram que mandariam Emendas Parlamentares. Disse que esta Casa estava votando a instituição de uma comissão especial da Câmara para ficar responsável ainda mais e fazer esse levantamento, de cobrar dos Secretários e se reunirem com o Prefeito para que todos fiquem mais por dentro do que estava chegando, do que tinha saído e do que estava sendo efetivamente feito por parte da Gestão do Município com relação ao combate ao COVID-19. Parabenizou ao Secretário Mauro pelos cuidados com o Município de Itaipava e pediu cada vez mais transparência e que pudesse ser passada mais informações para os Vereadores da Casa. Perguntou ao Secretário o que Itaipava poderia de fato fazer com os recursos que irão chegar e que se esse recurso que a CNM disse que Itaipava irá receber de R\$ 687.154,50 (seiscentos e oitenta e sete mil reais, cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) era vinculado ou se era um pouco mais aberto. Perguntou sobre os recursos das emendas se os secretários já estavam estudando ou se já teriam um plano de ação para gasto com esse recurso, pois existiam alguns medicamentos que estavam faltando e que já foi sugerido ao Secretário que fizesse como foi sugerido em 2018 para não ficar esperando só pelo Estado e que pudesse fazer uma compra direta. Em resposta, o Secretário **Mauro** disse que, com relação a criação da comissão, achava de fundamental importância e que isso mostrava a população que estava sendo feito um acompanhamento. Disse que em relação a utilização dos recursos já existia uma orientação por parte da própria Secretaria de Saúde no contingenciamento onde informava algumas ações que vão ser utilizadas e feitas e que parte desses recursos serão destinadas para essas ações. Falou sobre os recursos da Lei Complementar que inclusive já saiu algumas orientações e que boa parte dela será destinada a saúde e uma parte para a assistência, mas que não ficava tão amarrada. Disse que estava em contato direto com o pessoal da CNM e que os



mesmos estavam disponibilizando alguns direcionamentos e orientações justamente para não correr o risco de meter os pés pelas mãos. Continuou dizendo que vai seguir essas orientações e fazer com que o recurso chegando ao Município seja muito bem empregado para esse combate que estava afligindo a toda população. Disse que a Secretaria de Saúde já teria desenvolvido um cronograma e que a medida que esses recursos chegassem ao Município irão ser utilizados de acordo com o que foi estipulado, mas fazendo algumas adequações dependendo da necessidade maior em determinada área como a falta de medicamento. Logo em seguida, fez uso da palavra o Vereador **Iranilson Lima Bezerra**: saudou a todos. Disse que enumerou algumas perguntas e que primeiramente começaria sua fala lamentando a forma que a gestão estava tratando os servidores. Falou que juntamente com o Vereador Luís Nilson e demais Vereadores foi cobrado constantemente o reajuste dos servidores e que até o momento só teria sido promessa, inclusive houve uma reunião da gestão com alguns Vereadores e ficou acordado que até abril iriam estar mandando para esta Casa o projeto para votação. Disse que em Itaipava existia vários profissionais que eram compromissados e que vestiam a camisa da gestão, mas que por parte da gestão não teria uma devida valorização e que para a tristeza já estava no mês de junho e a promessa do reajuste não foi concretizada. Falou que esperaram o Presidente da República se manifestar vetando o reajuste dos servidores e que isso era algo que não dava para entender. Deixou os seus sentimentos de tristeza e de pesar aos devidos servidores. Ato contínuo disse que ouviu o Secretário falando nas quedas das receitas do FMP e do ICMS, mas o que todos estavam vendo constantemente era o número de contratações que o Município fazia e que ouviu relatos de pessoas que estavam sendo convidadas a fazer parte da gestão. Ressaltou que isso era algo que não dava para se entender, pois era falado que não tem dinheiro para o reajuste dos servidores, mas existe dinheiro para contratação de novos contratados. Deixou claro que não era contra os contratados, mas que era favor que se contratasse de acordo com a real necessidade. Pediu ao Secretário que levasse seu pedido ao Prefeito que pudesse isentar a taxa de iluminação pública dos moradores de Itaipava, pois



todos sabiam a real situação e dificuldade que a população estava passando e uma forma de contribuir e ajudar a população nesse período de pandemia seria isentando a população de pagar essa taxa. Utilizando – se de um aparte permitido ao Vereador **Antoni** disse que no início de março foi feito um requerimento de sua autoria tratando da isenção da taxa de iluminação pública e posteriormente o Presidente Lauro fez uma indicação e que esse requerimento e a indicação foi repassado. Disse que tinha falado com o Secretário e o mesmo teria falado que iria fazer uma análise e depois retornaria alguma coisa, mas o que os Vereadores têm sentindo falta era até um retorno por parte da Prefeitura em relação aos seus requerimentos e indicações, se era possível colocar em prática ou não para que os Vereadores possam saber o que o Poder Executivo tem acatado de ideia do Poder Legislativo. Disse que era importante a fala do Vereador Nilsinho com relação essa isenção da taxa de iluminação por que desde março estava sendo enviado documentos oficiais para a Prefeitura e até o momento não foi recebido nenhum retorno. Retornada a palavra ao Vereador **Iranilson**, o mesmo falou que concordou com as palavras do Vereador Antoni. Disse que observava que quando era algo que pudesse beneficiar a população não era visto atenção por parte da gestão. Pediu mais uma vez que fosse feita a isenção da taxa de iluminação pública e reforçou já que esta Casa já votou o requerimento do Vereador Antoni e a indicação do Presidente Lauro e os Vereadores foram todos a favor, para que pudesse fazer algo pensando no bem-estar da população. Finalizou suas palavras perguntando ao Secretário se estava pensando em algo que pudesse compensar os servidores que estavam trabalhando na linha de frente no combate ao Coronavírus haja vista que virá recursos. Em resposta, o Secretário **Mauro** disse que ouvindo a fala do Vereador Nilsinho ficava um pouco triste por que de fato a intenção era de ter trabalhado a questão do reajuste, mas infelizmente por uma série de acontecimentos e que legalmente não permitiam, não foi conseguido fazer esse reajuste. Falou que foi conversado de forma verbal e espontânea com o Vereador Antoni tratando dessa questão e que foi feita uma breve reunião na Prefeitura para tratar da questão do reajuste e na época ficou prometido fazer o envio do projeto de lei para o reajuste. Disse que em março a



nossa vida de uma forma geral foi virada de ponta a cabeça onde estavam dentro de uma realidade e do dia para noite essa realidade mudou completamente com essa pandemia do Coronavírus e todo mundo teria ficado desesperado sem saber o que fazer chegando ao ponto que o próprio Governo Federal impedisse que fizesse a questão do reajuste. Ressaltou que realmente queria ter feito esse reajuste, mas que em um dado momento antes desse período existia que a Lei de Responsabilidade Fiscal pelo de que na época a gente não estava dentro do limite permitido que era 51,30% e isso impedia fazer qualquer tipo de reajuste. Disse que os Vereadores deveriam lembrar da repercussão que foi em 2019 uma série de exonerações justamente por que teria a obrigatoriedade legal de ficar enquadrado dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Falou que foi sentido uma dificuldade enorme pois o trabalho foi afetado e foi conseguido no primeiro quadrimestre de 2020 colocar o percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal dentro daquilo que se permitia para que fosse feito algum reajuste. Frisou que já existia o percentual e o projeto de lei já elaborado, mas infelizmente não será possível aplicar porque existia uma própria determinação do Governo Federal. Disse que com relação as contratações existiam as necessidades e dependendo da necessidade era preciso fazer uma adequação, mas desconhecia a existência de convites, mas todas as contratações eram mediante as necessidades de se incrementar um serviço novo ou até mesmo melhorar aquele que já existia. Continuou dizendo que outro ponto que o Vereador Nilsinho falou foi em relação a taxa de iluminação pública e que o Governo Municipal teria o dever de lidar com isso com responsabilidade e que não poderia abrir mão de uma receita a não ser que justificasse de uma outra forma em um outro local e infelizmente não existia esse parâmetro. Disse que isso dificultava muito porque sabia que isso era um benefício que poderia ser levado a população, mas que infelizmente fugia do nosso bem querer, pois era uma situação muito complicada e agora não teria como ver essa possibilidade. Falou que existia um plano de criar algum mecanismo de gratificação, inclusive já foi passado para o setor jurídico para saber se é possível realmente fazer isso. Logo em seguida, fez uso da palavra o Vereador **Francisco Célio dos Santos**: cumprimentou a todos. Disse ao

Secretário que gostaria de falar em relação a transparência e que essa comissão criada pela Câmara era para que os Vereadores tivessem uma certa aproximação com esse recurso e pediu para que o Secretário abrisse as portas para essa Comissão. Perguntou se teria a possibilidade de separar o recurso que era recebido para o Coronavírus do recurso recebido para as outras finalidades. E a segunda pergunta era como os recursos enviado através dos Deputados chegarão ao Município. Disse que o que estava preocupando era em relação a falta de medicamento e perguntou como as Secretarias poderiam ajudar com esse problema. Em resposta o Secretário **Mauro** disse que recentemente participou de uma reunião virtual entre o Governador, o Secretário Estadual de Saúde e os Prefeitos do litoral leste e um dos pontos que foi debatido foi sobre o alto índice de mortalidade pelo COVID-19 em Itaipava. Disse que Itaipava tem uma população de mais aproximadamente 1500 idosos, quase 20% da sua população e por isso se fazia necessário todas essas medidas de restrição, esses decretos de não abertura do comércio, mas era como o próprio Governador havia falado que cada um conhecia a sua realidade e não adiantava nesse momento Itaipava entrar nesse início de abertura. Disse que em relação a comissão formada era de fundamental importância essa parceria, demonstrar transparência era a melhor forma de aplicação dos recursos. Falou que se sentia agradecido em saber que os Vereadores estariam acompanhando a utilização desses recursos, pois dificilmente a população procurava um Secretário e sim procurava quem estava na linha de frente e nesse caso eram os Vereadores e essa comissão seria para ajudar mais ainda o trabalho do Executivo. Disse que a Prefeitura terá o maior prazer em receber a comissão para tratar dessas questões e fazer demonstrativos e que em outro momento fazer algumas elaborações de cronogramas de encontros e reuniões para dizer o que foi feito e o que não foi feito. Disse que tudo o que estava sendo executado no combate ao Coronavírus estava disponível no site da Prefeitura e no Portal da Transparência para todo e qualquer cidadão. Continuou dizendo que para facilitar tanto no entendimento da população e tanto na eventual prestação de contas foi criada uma conta específica para isso junto ao Banco e que já estava sendo providenciados



relatórios e sempre que viesse uma entrada de recurso já vai ser direcionada para ele. Disse que existia a conta da Atenção Básica onde entrava diversos outros recursos e para evitar o desgaste de identificar na conta qual o recurso que foi enviado e para facilitar o acesso a informação e a transparência foi criada uma conta específica para o Coronavírus e toda utilização irá ser feita por ela. Respondeu em relação as verbas enviadas através dos deputados e disse que não era apenas enviar o recurso até por que a atenção básica tem um teto e se esse teto já estiver atingido a destinação poderia ser milionária, mas ela não entraria. Pediu aos Vereadores que tiverem algum tipo de recurso que pudesse ser destinado através de emenda por um deputado, que fizesse contato direto com a Secretaria de Saúde e com o Secretário Emerson pois o mesmo teria todo esse conhecimento técnico e saberia onde alocar todos esses recursos. Falou sobre a aquisição dos medicamentos e disse que não saberia explicar muito pois era específico da saúde e sugeriu para que fosse reforçado com a própria secretaria e com o Secretário Emerson. Logo após, fez uso da palavra o Vereador **João Aires Brito**: saudou a todos. Disse que o Secretário Mauro abriu um leque muito importante principalmente para essa comissão que estava sendo formada. Disse que os Vereadores que o antecederam já questionou vários pontos e que o mesmo só teria uma indagação para fazer. Perguntou ao Secretário se mesmo já teria a relação de quem havia sido contratada para unir com as pessoas da saúde no combate da pandemia. Em resposta o Secretário **Mauro** disse que não sabia naquele momento em número, mas se comprometia em outro momento passar essas informações. Logo em seguida, o Vereador **Antoniél Max Silva Holanda**: pediu para fazer uma complementação e disse que voltando ao assunto do imposto da Taxa de Iluminação Pública quando o Secretário falava em relação a renúncia fiscal que era quando o poder público isentava a população. Continuou dizendo que tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal no artigo 114 como ADCT no artigo 113 que a renúncia financeira deveria ser acompanhada pela estimada de impacto orçamentário e perguntou se foi feito pelo menos a estimativa para que Prefeitura pudesse dizer a população se dava certo ou se caso não puder isentar de imediato, prorrogar. Continuou dizendo que estava praticamente tardio, como o

requerimento e a indicação foi enviada em março e já estávamos em junho, mas seria de grande valia que a administração fizesse a estimativa para apresentar aos Vereadores. Frisou que hoje tem como pagar a taxa de iluminação pública, mas existe pessoas que não poderiam. Disse que o Município não teve atitude e apoio com essas pessoas em relação a renúncia fiscal e também ao microempreendedor individual que não houve nenhuma atitude da gestão para incentivar e chegar junto nessas pessoas que fecharam os seus comércios. Ressaltou que a Prefeitura tem mais de 200 pessoas contratadas e que isso era bom para o povo, mas lembrou a administração que só foi recebido uma lei nesta Casa para autorizar contratação e essa lei era de 2017 e depois não foi recebido mais nenhuma lei para a Câmara autorizar o Poder Executivo a efetivar contratações. Questionou os contratos que foi aprovado em 2017 se ainda estariam em vigência, pois existia um período contratual de 12 meses prorrogado por mais um. Em resposta, o Secretário **Mauro** prometeu fazer essa estimativa do impacto que será gerado a isenção, mas infelizmente esses recursos que eram repassados pela taxa de iluminação pública não estavam sendo satisfatória sequer para pagar as despesas e a partir daí ficava um pouco difícil. Frisou que se comprometia em fazer um levantamento para poder repassar esse demonstrativo para os Vereadores. Disse que em cada Município existia sua particularidade e existia algumas situações que para a população seria fundamental pois estava todo mundo em uma dificuldade muito grande, mas ao tempo não adiantaria criar um mecanismo de algum tipo de repasse ou recurso se não era possível a forma de realizar esse pagamento. Ressaltou que o Executivo estava com muita cautela em relação a isso e que entendia que era uma dificuldade grande para todo mundo, mas para os Municípios também era muito difícil e tentava fazer da melhor forma possível, apenas não poderia se comprometer com uma coisa sem depois poder cumpri. Disse que com toda dificuldade o Executivo estava cumprindo com as folhas de pagamento mesmo com a queda nas receitas as folhas não estavam atrasadas. Falou que irá seguir a recomendação do Vereador Antoniel em verificar mais uma vez com relação a questão da forma de contratos. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador **Luís**



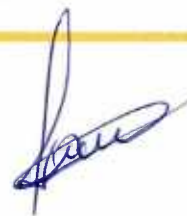
Nilson Moreira Freitas: saudou a todos e disse que era uma grande satisfação em receber o Secretário Mauro na reunião virtual. Falou sobre as questões das arrecadações e reajuste salarial e que discordava do Secretário Mauro com relação de não ter sido feito o reajuste dos demais servidores do Município. Lamentou que esse reajuste não tenha sido feito e que dizia com toda a sinceridade que seria muito mais bonito ter humildade de vir a público e dizer que não foi feito o reajuste dos demais servidores do Município e não colocar a culpa no Governo Federal em dizer que infelizmente uma Lei Federal impossibilitava de fazer esse reajuste. Relatou sobre o compromisso que o Prefeito teve com os demais Vereadores e o Secretário estava presente na reunião, frisou que saiu dessa reunião muito satisfeito, não satisfeito com o percentual que foi garantido que até o final de abril, mas que tinha saído satisfeito pelo compromisso e pela forma que foi comprometida a comissão de Vereadores. Continuou dizendo que o Secretário chegou nessa reunião dizendo que não foi feito por conta da pandemia e por conta do Governo Federal, mas que não concordava e que o mesmo deveria ter a humildade em dizer o real motivo e que até fez um breve comentário a respeito. Disse que o Secretário era para ter falado que não tinha feito por que o percentual da folha de pagamento já estava no limite e não poderia mais aumentar a folha e pagamento, ou por que não teve margem para fazer o aumento pois foi contratado irresponsavelmente e frisou que irresponsavelmente era pelo volume de contratados. Disse que irresponsavelmente era indo contra a Lei de Responsabilidade Fiscal como o Secretário mesmo falou, que era gente demais não deixando margem para que fosse dado um pequeno reajuste de 4,80 % mais ou menos. Ressaltou que deveriam assumir a culpa e não dizer que foi culpa da lei que foi sancionada na semana passada. Pediu desculpas ao Secretário Mauro e disse que estava realmente frustrado com aquele compromisso que foi assumido com os Vereadores e que não fizeram no tempo hábil, mas as contratações, como o Vereador Antoniel havia falado, estava acontecendo era feito frequentemente. Disse que as contratações de pessoas para que pudesse tratar do enfrentamento da pandemia era justificado, frisou que não era contra nenhuma contratação, mas que fosse feito de forma responsável



atendendo o que a Constituição Federal dizia: contratação temporária por excepcional interesse público. Disse existia a recomendação do Ministério Público mandando inclusive demitir todos os contratados para depois fazer as contratações de forma correta e legal as pessoas que estavam precisando para retornar aos serviços públicos. Pediu desculpas novamente ao Secretário e disse que discordava da sua colocação e que não foi feito por não saberem gerenciar essa gestão e agora colocar culpa no Governo Federal e Congresso nacional por conta dessa lei não era aceitável. Em resposta, o Secretário **Mauro** disse respeitava posicionamento do Vereador Luís Nilson. Disse que discordava de alguns pontos em relação da questão da contratação, falando da parte técnica e legal, que não viu algo que fizesse e houvesse impedimento com relação a falta do limite. Disse que como foi citado anteriormente no ano passado por conta do limite prudencial não foi possível fazer esse tipo de contratação a mesma lei que proibia ela dizia que nos quadrimestres seguintes teria que derrubar esses percentuais. Frisou que foi fechado o mês de abril que era referente ao primeiro quadrimestre com o percentual de abaixo do permitido. Disse que foi sentido muito na pele em relação as exonerações e demissões que foram feitas, mas era o que deveria ter sido feito no momento para que pudesse ficar adequado. Disse que foi conseguido puxar essa margem para baixo, além de ser uma obrigação legal era justamente parte do nosso comprometimento como foi citado na reunião no gabinete do Prefeito. Voltou a fala que não foi especificamente a Lei Complementar onde o Presidente da República através de acordo com os demais Governadores entrou na questão de não permissão dos reajustes e em contrapartida o Governo Federal daria um auxílio melhor para os Municípios. Frisou que não falava tanto nessa questão, mas era muito mais com relação a situação do Coronavírus e disse que todos os Municípios ficaram de cabeça para baixo sem saber o que fazer e nesse momento para poder conseguir se manter se não tivesse esse socorro do Governo Federal, não se saberia o que iria fazer. Disse que agora nesse período não estavam nem conseguindo manter aquilo que foi arrecadado no ano passado e realmente esse cenário do Coronavírus tornou muito difícil de fazer esse reajuste. Falou que com toda a sinceridade que não

estava satisfeito em não poder manter aquilo que foi combinado pois era a intensão do Executivo, inclusive existia projeções e percentuais elaborados para fazer conforme o que foi combinado no período de abril, mas só que em março todos sofreram pelo baque causado pelo Coronavírus dificultando o processo de reajuste. Retornada a palavra ao Vereador **Luís Nilson** e o mesmo lamentou que esses profissionais chegavam a dois anos sem ter a correção de seus salários. Disse que como o Vereador Antoniel falou que assim como ele todos os 9 Vereadores votaram nesta Casa em 2017 a lei que autorizava a contratação temporária com excepcional interesse público, apoiando o Prefeito. Inclusive existia uma iniciativa de um Vereador que orientava no sentido de exigir que se existisse na lei um processo seletivo simplificado. Disse que todos os Vereadores fizeram um acordo e liberou o prefeito para fazer as contratações dentro da legalidade que achasse necessário. Frisou que estava falando isso para mostrar que os Vereadores nunca foram contra a nenhuma contratação. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador **Rosembergue Alves de Holanda**: cumprimentou a todos. Reforçou as palavras do Vereador Nilsinho quando ele falava na possibilidade de que a gestão pudesse de alguma maneira gratificar os profissionais da saúde do Município, haja vista que nessa situação são as pessoas que estavam na linha de frente correndo risco e batalhando para o fim dessa pandemia. Reforçou o pedido juntamente com os demais Vereadores que a Gestão pudesse ver uma maneira de gratificar a cadeia completa dos profissionais da saúde que estavam na linha de frente. Pediu ao Secretário para que visse com a gestão uma maneira ou um plano de retorno, apresentando um plano para que pudesse ajudar a população e os pequenos comerciantes. Perguntou ao Secretário se já houve emenda enviada e que o Município não teve como acatar essa emenda e se o recurso teve que ser devolvido. Em resposta, o Secretário **Mauro** disse que nas reuniões era tratado a viabilidade e a possibilidade da gratificação dos profissionais que estavam na linha de frente e que iria levar esse reforço junto ao Prefeito e ao Secretário Emerson. Falou sobre a questão da destinação dos recursos e reforçou que se houver a possibilidade de algum incremento nessas receitas por parte de parlamentares fizessem o contato

direto com o Secretário Emerson para não ocorrer esse risco de voltar o recurso e que o mesmo não estava lembrando que já houve de fato a devolução de algum recurso. Disse que parecia que existia uma destinação, mas que não lembrava de quem era e que esse recurso já iria voltar pois atingiu o teto da atenção básica do Município já teria sido atendido e esse recurso muito provavelmente chegando já seria estornado. Dando continuidade o Presidente **Lauro Marciolino Solheiro Júnior**: disse que ouviu todos os Vereadores e que o mesmo teria alguns questionamentos e que quase todos foram respondidos. Falou em relação aos decretos e disse que tinha um pensamento diferente do Município, mas concordada com o gestor. Relatou sobre os recursos recebidos e que já existia uma comissão que seria votada para acompanhar esses gastos, mas só fazia uma observação na compra de testes rápidos além dos medicamentos que estavam faltando. Disse que conversou com o Prefeito para colocar no mapa epidemiológico a quantidade de testes realizados por que era fundamental saber quem teria sido testado no Município. Relatou sobre a taxa de iluminação pública que foi falado e disse que quando o mesmo fez sua indicação além de retirar a taxa de iluminação pública, retirasse o ISS de algumas atividades relacionadas ao enfrentamento do Covid – 19. Relatou sobre outra indicação da gratificação para o pessoal ligado a saúde, aos garis e aos conselheiros tutelares e disse que essa gratificação já existia e que seu código era 298 sendo a gratificação de trabalho relevante. Disse que muitos funcionários do Município já recebiam essa gratificação e acreditava que esse pessoal ligado a saúde, aos garis e aos conselheiros tutelares, era mais do que justo receberem essa gratificação de trabalho relevante. Agradeceu a presença do Secretário Mauro tirando as dúvidas dos Vereadores e mostrando essa interação entre o Legislativo e Executivo. Em resposta, o Secretário **Mauro** disse que todas as ações sempre eram voltadas única e exclusivamente para manutenção e resguardo da população de Itaipava. Agradeceu ao Presidente Lauro e aos demais Vereadores pela oportunidade e possibilidade de trazer alguns esclarecimentos e que esperava que se não tiver sido satisfatório, mas que tenha amenizado o máximo possível as dúvidas de todos. Disse que a Prefeitura estava com acesso livre e total abertura sempre que



for necessário para qualquer tirar dúvida e qualquer informação. Falou que se colocava a disposição via celular, e-mail e até presencialmente, mas utilizando as medidas necessárias para o contato. O Vereador **Antoniél** pediu uso da palavra e parabenizou ao Secretário Mauro e toda a Gestão e solicitou uma reunião com o Secretário e o Prefeito até o final da primeira quinzena para poder conversar juntamente com a Comissão e o Prefeito e os Secretários para verificar mais algumas coisas que foram implementadas. O Presidente declarou encerrado o Grande Expediente. Verificada a maioria absoluta, dá-se início a **Ordem do Dia**. Leitura do **Parecer nº 012/2020**, de autoria da Comissão de Justiça e Redação Final sobre ao Projeto de Resolução nº 002/2020 – Legislativo. Leitura e Votação do **Projeto de Resolução nº 002/2020**, de autoria do Vereador Presidente Lauro Marciolino Solheiro Júnior, que *"Dispõe sobre a instituição da Comissão Especial de Assuntos relevantes da Câmara Municipal de Itaipava, visando a fiscalização dos Atos Administrativos e do emprego do Erário Público empregado na prevenção e no combate ao COVID – 19 e dá outras providências"*. **APROVADO POR UNANIMIDADE – 08 (OITO) VOTOS A FAVOR E NENHUM CONTRA**. O Presidente disse que a composição foi colocada em pauta que os partidos com os seus representantes poderiam indicar Vereadores para compor a comissão. Ato contínuo convocou o partido PSD com 3 Vereadores e apresentou o Célio Santos. O PDT com 3 Vereadores apresentou Luís Nilson e João Aires. O PP com 2 Vereadores apresentou o Iranilson e o PT com um representante se apresentou para fazer parte da Comissão. O Presidente colocou em discussão e votação a comissão: **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Disse que a comissão ficou composta pelos Vereadores **Célio Santos, João Aires e Antoniél Holanda** fazendo parte da comissão e como suplente o Vereador **Luís Nilson**. Leitura e Votação do **Requerimento nº 010/2020**, de autoria de todos os Vereadores, que *"solicita que seja encaminhado Moção de Pesar à família Costa Rodrigues pelo falecimento de Luís Costa Rodrigues, ex-Vereador, popularmente conhecido por Luiz de Zefa, no dia 30 de maio de 2020"*. Participou da discussão o Vereador João Aires Brito. **APROVADO POR UNANIMIDADE – 08 (OITO) VOTOS A FAVOR E NENHUM CONTRA**. **Requerimento nº 011/2020**, de autoria de todos

os Vereadores, que “*solicita que seja encaminhado Moção de Pesar à família Moreira pelo falecimento de José Cumpertino Moreira, no dia 30 de maio de 2020*”. Participou da discussão o Vereador Antoniel Max Silva Holanda. **APROVADO POR UNANIMIDADE – 08 (OITO) VOTOS A FAVOR E NENHUM CONTRA.** O Presidente solicitou a todos para que se colocassem em pé por um minuto de silêncio em memória do Sr. José Cumpertino e do ex-Vereador Luiz de Zefa. Não havendo Explicação Pessoal o senhor Presidente destinou os trabalhos ao Expediente da Presidência, onde convocou todos os Vereadores para a próxima sessão a se realizar no dia 09 de junho de 2020, no horário costumeiro, em sala virtual, em virtude da pandemia COVID - 19. E, sem mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão da qual lavrei a presente ata, que lida e aprovada, será assinada por todos os Vereadores.

Vereadores

Lauro Marciolino Solheiro Júnior

Iranilson Lima Bezerra

Sheila Pereira Damasceno

João Aires Brito

Antoniél Max Silva Holanda

Francisco Erineldo Barbosa Silva

Francisco Célio dos Santos

Luís Nilson Moreira Freitas

Rosembergue Alves de Holanda

Assinatura

Lauro Marciolino Solheiro Júnior
Iranilson Lima Bezerra
Sheila Pereira Damasceno
João Aires Brito
Antoniél Max Silva Holanda
Francisco Erineldo Barbosa Silva
Francisco Célio dos Santos
Luís Nilson Moreira Freitas
Rosembergue Alves de Holanda